



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Procuradoria Geral do Município



CONTRATO 069/2016
PROCESSO Nº 6168/2015
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2015
TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO
REGISTRO DE PREÇOS Nº 033

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Rua Coronel Othon, nº 456, térreo - Centro - Paracambi/RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 09.206.510/0001-94, representada pelo **Eduardo Herrera Rodrigues de Almeida**, solteiro, residente na Rua Dominique Level, 409 apt. 301, Centro, Paracambi, RJ, portador da Carteira de Identidade nº. 5237682-6 IFP e do CPF nº. 374.265.087-49.

Contratada: GRANDE HORIZONTE 2004 COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.031.590/0001-69, sediada à Avenida São Jorge, Guarajuba, Paracambi/RJ, neste ato representado pelo Sr. Laurivaldo Soares, portador da Carteira de Identidade nº 11.373.647-4, inscrito no CPF/MF sob o nº 371.034.407-78.

Nos termos da proposta da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/16, estabelecemos Contrato de aquisição de materiais de consumo hospitalar, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus anexos, e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, proposta vencedora do julgamento estabelecido pelo Pregoeiro Municipal no Pregão Presencial nº. 027/15, devidamente homologado pelo Gestor do Fundo Municipal em 26 de janeiro de 2016, os quais integram este termo independentemente de transcrição por ser de conhecimento das partes e mediante as cláusulas e condições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato de aquisição de materiais de consumo hospitalar, conforme especificações e quantitativos estabelecidos na requisição de compra com base na Ata de Registro de Preços nº 004/2016, cujo teor integra este instrumento, independente de transcrição.

1.2. Discriminação do Objeto:

PROCESSO DE REQUISIÇÃO DE MATERIAIS Nº 2885/2016

Itens do Contrato:

Item	Descricao	Unidade	Qtde	Valor Total
264957	Água destilada litro	Litro(s)	120.0000	R\$ 900,00
264967	Álcool 70% litro	Litro(s)	720.0000	R\$ 6.120,00
264969	Algodão Hidrófilo 250gr.	Pacote	240.0000	R\$ 1.992,00
264981	Atadura Gessada 10 cm cx c/ 20 unidades	Caixa	20.0000	R\$ 1.084,00
265003	Compressa de gaze pacote c/500	Pacote	560.0000	R\$ 8.568,00
265007	Descarpac 13 litros unidade	Unidade	320.0000	R\$ 2.208,00



265009	Equipo Macrogotas	Unidade	6000.0000	R\$10.200,00
265017	Esparadrapo 10 x 4,5 cm	Unidade	578.0000	R\$ 5.144,20
265023	Filme p/ RX 18 x 24 cx c/100	Caixa	20.0000	R\$ 3.064,00
265024	Filme p/ RX 24 x 30 cx c/100	Caixa	40.0000	R\$10.448,00
265027	Filme p/ RX 35 x 43 cx c/100	Caixa	40.0000	R\$21.576,00
265037	Fita adesiva 19x50 rolo	Unidade	324.0000	R\$ 2.332,80
265038	Fita autoclave 19x30 rolo	Unidade	108.0000	R\$ 982,80
265040	Fixador de Rx Proc. Autom. 38 litros	Unidade	12.0000	R\$ 3.758,40
265041	Fralda Desc.Geriátrica G pacotes c/ 8 unidades	Pacote	200.0000	R\$ 2.640,00
265042	Fralda Desc.Geriátrica M pacotes c/ 10 unidades	Pacote	100.0000	R\$ 1.320,00
265046	Fralda Infantil Desc. G pacotes c/ 8 unidades	Pacote	48.0000	R\$ 340,80
265055	Kit micronebulização adulto unid. Conexão rosca	Unidade	60.0000	R\$ 672,00
265060	Luva de procedimento tam. G cx c/100	Caixa	120.0000	R\$ 2.652,00
265061	Luva de procedimento tam. M cx c/100	Caixa	400.0000	R\$ 8.840,00
265063	Luva de procedimento tam. P cx c/100	Caixa	300.0000	R\$ 6.630,00
265095	Povedine degermante	Unidade	24.0000	R\$ 645,60
265096	Povedine tóxico	Unidade	24.0000	R\$ 660,00
265097	Revelador p/ RX proc. autom. p/38 litros	Unidade	12.0000	R\$ 5.098,80
265108	Seringa 20 ml sem agulha	Unidade	6000.0000	R\$ 3.600,00
265113	Seringa 5 ml sem agulha	Unidade	20000.0000	R\$ 6.000,00
265183	Vaselina Líquida litro	Unidade	24.0000	R\$ 645,60
269574	Fita milimetrada p/ ECG (rolo)	Unidade	20.0000	R\$ 1.094,00
270660	Água oxigenada.	Litro(s)	48.0000	R\$ 312,00
270678	Aparelho de Pressão Adulto	Unidade	10.0000	R\$ 1.129,00
274818	Álcool 92,8% INPM - 1L	Unidade	48.0000	R\$ 393,60
274835	Envelope térmico pequeno (pacote)	Pacote	80.0000	R\$ 1.736,00
274836	Envelope Térmico grande (pacote)	Pacote	60.0000	R\$ 3.168,00
276404	Seringa descartável 1ml com agulha 13x4,5	Unidade	30000.0000	R\$12.000,00
276557	Fita Milimetrada quadrada p/ECG - pacote c/100 unid.	Pacote	10.0000	R\$ 323,00
286310	Ácido Paracético - galão 1 litro	Unidade	20.0000	R\$ 2.560,00
286321	Filme para mamografia 24 x 30 - caixa c/100 unidades	Caixa	30.0000	R\$13.689,00

2. CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 - O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ 154.527,60 (cento e cinquenta e quatro mil, quinhentos e vinte e sete reais e sessenta centavos); Ata de Registro de Preços nº 004/16.

2.2 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 - O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30(trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

2.4 - O pagamento somente ocorrerá após o atesto do servidor competente pela fiscalização da execução do contrato na nota fiscal apresentada.

2.5 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por



exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

2.6 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

2.7 - A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

2.8 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = \frac{(6/100)}{365}$

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

2.9 - As despesas decorrentes da contratação objeto desta licitação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento da Prefeitura, para o exercício de 2016, no programa de trabalho:

- Fundo Municipal de Saúde – 1713-21.01.10.302.0061.2198–3.3.9.0.30.00.00.00.00;

3. CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é contado a partir de 13 de junho de 2016 e térmios previstos para 26 de janeiro 2017, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES

4.1 - Do Município:

4.1.1 - Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva execução do objeto desta licitação;

3



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Procuradoria Geral do Município



4.1.2 - Aplicar à empresa Contratada as penalidades, quando for o caso;

4.1.3 - Prestar à empresa Contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do Contrato;

4.1.4 - Efetuar o pagamento à Contratada no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente;

4.1.5 - Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção.

4.2 – Da Contratada:

4.2.1 – Fornecer os produtos objeto desta licitação, nas especificações contidas no edital de Pregão Presencial nº. 027/2015;

4.2.2 - Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o fornecimento de produtos executados;

4.2.3 - Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação previstas no edital, conforme disposições do art. 55 da Lei nº. 8666/93;

4.2.4 - Executar o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;

4.2.5 - Executar o objeto com boa qualidade, dentro dos padrões exigidos no edital de Pregão Presencial nº. 027/2015;

4.2.6 - Não subcontratar, ceder ou transferir a terceiros a execução do objeto, ainda que parcial, sendo nulo de pleno direito qualquer ato nesse sentido, além de constituir infração passível de penalidade;

4.2.7 - Ser responsável pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.2.8 - Responder pelo pagamento dos salários devidos pela mão-de-obra empregada nos serviços acessórios ao fornecimento em questão, pelos encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários respectivos, e por tudo mais que, como empregadora deve satisfazer, além de ficar sob sua integral responsabilidade a observância das leis trabalhistas, previdenciárias e fiscais, assim como os registros, seguros contra riscos provenientes da atividade, impostos e outras providências e obrigações necessárias ao fornecimento.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA - DAS COMUNICAÇÕES

5.1 - As comunicações entre as partes contratantes, relacionadas com o acompanhamento e controle do presente contrato, serão feitas sempre por escrito.



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Procuradoria Geral do Município



6.0 - CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

6.1 - Os casos de inexecução do objeto deste edital, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento contratual, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas no art. 87 da Lei nº. 8.666/93, das quais destacamos:

6.1.1 - advertência por escrito;

6.1.2 - multa, conforme os limites máximos estabelecidos abaixo:

6.1.2.1 - 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;

6.1.2.2 - 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.

6.1.3 - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 02(dois) anos;

6.1.4 - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, no prazo mínimo de 02 (dois) anos, conforme dispõe o art. 87 da Lei nº 8.666/93.

6.1.5 - A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas neste instrumento.

6.1.6 - A multa será descontada de pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATADA.

6.2 - São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais:

6.2.1 - não atendimento às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obra prevista em contrato ou instrumento equivalente;

6.2.2 - retardamento imotivado de fornecimento de bens, da execução de obra, de serviço ou de suas parcelas;

6.2.3 - paralisação do fornecimento de bens, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública Estadual;

6.2.4 - entrega de mercadoria falsificada, furtada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se verdadeira ou perfeita fosse;



6.2.5 - alteração de substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;

6.2.6 – produtos fornecidos de baixa qualidade;

6.3 - Da aplicação das penas definidas caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

6.4 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido a Unidade Administrativa requisitante, a qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

6.5 - A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará na sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei, cujos motivos para a referida rescisão são os previstos no art. 78 da Lei nº. 8.666/93.

6.6 - O Município poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a Legislação vigente, nos seguintes casos:

I. Por infração a qualquer de suas cláusulas;

II. Por pedido de concordata, falência ou dissolução da Contratada;

III. Por transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato;

IV. Por comprovada deficiência no atendimento do objeto deste contrato;

V. Pela aplicação de mais de 2 (duas) advertências.

6.7 - O Município poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

6.8 - O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

6.8.1 - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

6.8.2 - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

6.8.3 - Indenizações e multas.

6.9 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurado-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

6



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Procuradoria Geral do Município



7.0 - DOS CASOS OMISSOS.

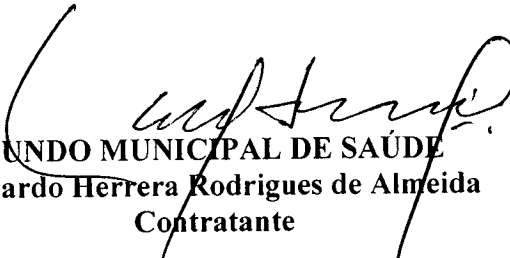
7.1 - Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.


8.0 - CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

8.1 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente contrato, elegem as partes o Foro da Comarca de Paracambi, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordados, assinam este contrato os representantes das partes e as testemunhas abaixo em 04 (quatro) vias de igual teor.

Paracambi, 13 de junho de 2016.


FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Eduardo Herrera Rodrigues de Almeida
Contratante


GRANDE HORIZONTE 2004 COMERCIO E REPRESENTAÇÃO
Laurivaldo Soares
Contratado

Testemunhas:

CPF:

CPF: